

## **BUROCRACIA E INTELECTUALIDADE: a DINÂMICA DA LUTA DE CLASSES NO CAPITALISMO**

*mateus vieira ório\**

\* Estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

A classe potencialmente revolucionária que necessita romper com o modo de produção capitalista – e portanto romper com a divisão em classes sociais bem como com a dominação entre as mesmas – encontra obstáculos variados. Muitos deles impostos por intelectuais e burocratas, dada a influência que estes exercem na dinâmica do modo de produção. Com o avanço tecnológico e o aumento da exploração, cresce o número de trabalhadores que não produzem mais-valor, estes, por terem interesses diferentes dos trabalhadores produtores de mais-valor, exercem sua influência em prol da manutenção de suas prerrogativas as quais são intrínsecas ao capitalismo. Este estudo trata da distinção entre os interesses daqueles que são explorados e os interesses daqueles que possuem autoridade, influência política e privilégios econômicos, como também de mecanismos existentes que atuam de maneira a conter o avanço da luta de classes rumo à igualdade social.

Os movimentos de intervenção social encontram diversas dificuldades em empreender reivindicações que representem mudanças sociais efetivas no que diz respeito a romper com a dominação imposta pela burguesia aos explorados. Estas dificuldades possuem várias origens, desde a disputa de interesses entre as classes sociais, as dificuldades impostas por intelectuais que insistem em conter a radicalização, o poder de imposição que se encontra nas mãos da burocracia, as dificuldades das classes exploradas em ter participação política ativa e o fetiche em torno dos partidos. A incorporação, por parte dos explorados, da ideologia neoliberal, juntamente com os ditames da classe dominante e suas classes auxiliares, atuam no condicionamento de interesses das classes exploradas que passam a defender ou legitimar de maneira

ideologizada as imposições da burguesia.

Compreendendo as dificuldades do movimento operário em adotar estratégias que lhe proporcionem maior êxito, dadas as diversas experiências realizadas no desenvolvimento do modo de produção capitalista, o progressivo aumento da exploração e as artimanhas adotadas pela burguesia para conter a luta operária, falamos então nestas contradições nas reivindicações populares tratando das incoerências das manifestações e as constantes retaliações que sobrepõem os valores ideológicos desta sociedade desigual, enfatizando uma pseudo-liberdade, aos anseios de uma sociedade igualitária onde a liberdade de alguns não implique na escravidão de muitos outros.

No modo de produção capitalista, enquanto alguns trabalham outros desfrutam. A riqueza expressa no “produto nacional líquido” de um país dissimula a fonte deste lucro que são os trabalhadores (MAKHAÏSKY 1981). Enquanto aparece uma produção como comum a todos os habitantes de um país alguns não têm parte na produção, apenas no consumo.

Conforme a modernização do modo de produção capitalista que, através da incorporação de novas tecnologias e da constante divisão e racionalização do trabalho, aumenta a produtividade individual dos trabalhadores, de maneira que o tempo, que no advento da sociedade moderna – onde as condições de trabalho eram bastante piores no que diz respeito à segurança e qualidade de vida dos trabalhadores – um trabalhador produzia determinada quantidade de mercadorias, hoje, com este mesmo tempo, um trabalhador produz muito mais mercadorias. Conclui-se então que o lucro que o capitalista obtém de cada trabalhador passa a ser então bem maior conforme o crescimento das forças produtivas.

E isto significa que atualmente os proletários estão sendo mais explorados, pois mesmo recebendo salários maiores ou ampliando seus direitos (como férias, aposentadoria, limite de horas de trabalho, etc.) o salário ganho atualmente é proporcionalmente

menor em relação à quantidade de capital que o trabalhador produz. Então se antes ele produzia, por exemplo, 100 mercadorias por mês e seu salário mensal equivalia ao valor de 10 mercadorias (10%), hoje ele produz 1000 mercadorias e recebe o valor equivalente a 30 mercadorias que é um valor superior ao anterior, porém proporcionalmente inferior (3%).

Ao invés do aumento das forças produtivas resultar em um consumo maior para toda a sociedade de forma a distribuir o lucro, este mostra-se como um fundo de consumo das classes privilegiadas. O crescimento da exploração proporciona então uma melhor manutenção da chamada sociedade cultivada. Esta sociedade cultivada, nos termos de Makhaisky, compreende os consumidores do “lucro nacional líquido”, que são indivíduos das classes privilegiadas, trabalhadores improdutivos no sentido de que não produzem mais-valor (professores, médicos, juizes, etc.). Estas classes privilegiadas então se apropriam do excedente de mais-valor que é extraído da atividade produtiva daqueles que, na sociedade, produzem as mercadorias, que são elementares no modo capitalista de produção (MARX, 1985).

Deste modo, os membros da sociedade cultivada não são também explorados como afirmam muitos defensores da ideologia da vanguarda presente em vários teóricos ditos marxistas. Aqueles que pregam que os intelectuais vivem somente de sua produção intelectual ignoram o fato de que esta classe não produz mais-valor. Neste sentido, os intelectuais não contribuem para o sustento material da humanidade e são, portanto, uma classe que se beneficia da exploração. O fato de um determinado trabalho ser considerado “penoso” ou “útil” não quer dizer que o respectivo trabalhador esteja sendo explorado, que dele esteja sendo extraído lucro. O avanço do capitalismo mostra-se inseparável do crescimento da sociedade cultivada. Se a contradição entre a modernização das forças produtivas e a pouca abrangência do consumo não leva à ruína o modo de produção capitalista é porque satisfaz interesses reais dos indivíduos destas classes sociais que

passam então a ter um nível de vida burguês (MAKHAÏSKY 1981).

A intelectualidade historicamente ocupa uma posição de status na sociedade. Os intelectuais podem ser entendidos como uma “classe social composta pelos indivíduos dedicados exclusivamente ao trabalho intelectual”. Esta classe que surge com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, sempre obteve rendimentos acima da classe explorada e sempre esteve ao lado da classe dominante (VIANA 2006).

O saber funcional acumulado, que é maior nas classes privilegiadas, é um instrumento de manipulação poderoso e confere maior eficácia ao discurso. O status dos intelectuais emprega a eles certa autoridade no sentido de que são tidos como indivíduos que possuem um conhecimento mais próximo da verdade, o que lhes dá o poder de hegemonia (VIANA 2003; 2006). Segundo Marx, citado por Viana (2006), “os intelectuais passam a se dedicar ao trabalho intelectual e o produto do seu trabalho é a ideologia”. Uma vez produzida, a ideologia passa a legitimar as relações sociais existentes, naturalizando-as.

A luta do intelectual se dá num sentido de uma partilha “mais justa” do lucro nacional em benefício da sociedade cultivada, exprimindo os privilégios destas classes. Nestes termos, enquanto o proletariado considerar a classe de intelectuais como aliada, a dominação só poderá ser percebida dentro dos limites dos interesses desta classe. E estes interesses se dão no sentido de manter a contradição entre produção e consumo, mantendo os privilégios da sociedade cultivada com o argumento de que alguns indivíduos possuem “melhor disposição” para o trabalho científico, artístico, administrativo, etc. restando aos outros o trabalho manual (MAKHAÏSKI 1981).

Os intelectuais se empreendem em uma luta para uma espécie de redistribuição “mais justa” do que é produzido, mas a este interesse está intrínseco o modo capitalista de produção. A

modificação na distribuição como é proposto por alguns ditos socialistas é nada mais que uma transferência das atribuições que hoje cabem ao mercado para um Estado soberano onde persistem a propriedade individual e a estratificação social em classes, ou seja, reproduz a dominação (MAKHAÏSKI 1981).

O objetivo da luta proletária é o fim desta dominação. Para o movimento operário isso é um ideal e um interesse de classe, uma luta contra a servidão em favor da igualdade e da inexistência de classes objetivando a emancipação do ser humano como um todo.

E, desta forma, o ideal socialista proletário é oposto a este “socialismo” reproduzido por alguns intelectuais que pretendem apenas transformar um capital privado em capital estatal.

Organizações institucionais como sindicatos, partidos políticos, ONGs, entidades de representação estudantil, etc. caracterizam-se de imediato por sua burocratização em que a complexidade dos regimentos, a formalidade e, muitas vezes, a existência de algum constrangimento financeiro (como taxa de mensalidade ou mesmo investimento em formação intelectual) constituem obstáculos para a participação ativa dos proletários.

Organizações burocráticas tem como característica a hierarquização, um legado do sistema capitalista nelas reproduzido, ou seja, há a distinção entre dirigentes e dirigidos. A burocratização advém da idéia de eficiência, uma necessidade das organizações com pretensões políticas nesta democracia. Há um presidente ou um núcleo diretor que compreende indivíduos com condições de atuar de maneira mais ativa e, conseqüentemente, condições de ter hegemonia. Além do quê, o indivíduo proletário, devido ao cansaço, falta de tempo e à menor formação intelectual, acaba tendo menos condições de participar ativamente de uma organização política.

Outro fator determinante para os objetivos destas organizações é a origem dos recursos que as financiam, podendo ser de empresários, igrejas, ou do próprio governo, o que ocasiona em uma convergência para os objetivos do patrocinador (VIANA 2003).

Os indivíduos das classes exploradas, que não possuem condições de se inserir no núcleo de decisão, acabam auxiliando as diretorias destas organizações a alcançarem seus interesses, pois os proletários tendo interesses condicionados pelos interesses dos diretores acabam legitimando as decisões impostas de cima. A aglomeração de pessoas favorece os interesses do grupo intelectual que as está “guiando” por conferir a eles maior legitimidade. Os governantes são, deste modo, indivíduos em possibilidade de exercer seus interesses legitimados pelo voto popular (VIANA 2003).

Os indivíduos que, dentro de uma organização, conseguem status por demonstrarem maior saber funcional acabam se distanciando dos demais e, ao atingirem cargos distintivos dentro da organização, assumem a posição de burocratas. A crescente burocratização institui vínculos formais e imperativos que criam novas relações sociais estabelecendo a burocracia como uma classe social. Os dirigentes das organizações institucionalizadas acabam possuindo interesses divergentes aos dos demais integrantes do grupo pelo fato de estarem situados na burocracia e assim conservando os interesses referentes a esta classe.

Quando um candidato assume o poder ou quando um indivíduo adquire um cargo da burocracia estatal por meio de concurso, este sujeito passa a constituir a classe dos burocratas e, por este motivo, ele representa esta classe. Por isso é uma ilusão acreditar que um candidato eleito irá representar os interesses de operários, camponeses ou outra classe que não a dominante, dado que a burocracia é uma classe auxiliar à classe dominante e os imperativos desta posição se fazem valer pela constante reafirmação da eficiência e pela imposição empresarial. Um representante da burocracia estatal é incumbido de reproduzir as relações hierárquicas que se supõem serem mais eficientes ao desenvolvimento econômico esperado. A referida ilusão constitui a ideologia da

representação (VIANA 2003) que motiva os diversos partidos políticos a adotarem discursos que preguem a defesa dos interesses da pluralidade de classes sociais.

À maneira da Revolução Francesa – quando a burguesia que, tendo conquistado seus interesses, torna-se reacionária (por temer a radicalização do movimento proletário) e alia-se à nobreza (HOBSBAWM 1988) – assim também, em um movimento de intervenção social, os intelectuais e burocratas ao terem conquistado seus interesses – na maioria das vezes meramente reformistas dada sua posição de classe – tendem a conter as reivindicações temendo a radicalização do movimento, que significaria por em risco os privilégios de sua posição distintiva. Para um gerente de produção é mais interessante que o movimento operário ganhe somente um aumento salarial ao invés de ocupar a fábrica e promover uma greve de ocupação ativa, pois tal maneira de proceder o deixaria ao nível dos trabalhadores comuns. Tudo isso faz com que aqueles que possuem algum privilégio proclamem, desde o início, objetivos limitados.

Estes objetivos podem ser a conquista de alguma melhoria subsidiária, alguma melhoria para a classe ou um grupo específico de indivíduos, pode ser simplesmente um interesse de divulgação eleitoral, ou ainda, os interesses, quaisquer que sejam, podem ser também suprimidos pelo recuo da movimentação em prol do ganho ou perda de indivíduos que porventura receberam ou perceberam alguma proposta que os motiva a recuar, por exemplo: o aumento do salário ou promoção de alguma liderança do movimento ou mesmo a ameaça de demissão ou corte de salário.

Na mesma linha de condicionamento de interesses estão as várias palestras motivacionais, proferidas por intelectuais nas empresas, que já são comuns no dia-a-dia do operário e tem o objetivo de destituí-lo de idéias que contrariem os interesses do patrão, incentivando os trabalhadores a serem “racionais” de acordo com os valores neoliberais. Estas palestras, bem como os inúmeros

livros de auto-ajuda estampados nas fachadas das livrarias, tem o objetivo de manter o foco dos trabalhadores apenas no trabalho obstinado, idealizando este como meio único de chegar à felicidade que representa a ascensão social, melhor poder aquisitivo; abrindo portas para melhores relações sociais, maiores oportunidades; enfatizando até mesmo que um indivíduo que trabalha “duro” tem a possibilidade de trabalhar mais tranquilamente no futuro e até de ter empregados em decorrência do novo leque de possibilidades que a sociedade moderna neoliberal possibilita a todos aqueles que são esforçados em atingir seus objetivos.

Estes indivíduos obstinados passam então a incorporar a ideologia do neoliberalismo e não se reconhecem como indivíduos de uma classe que é explorada por este sistema. Seus objetivos passam a ser então a mobilidade de classe, o acesso a algum lugar privilegiado em que não haja sofrimento. E com isso a conduta revolucionária aparece como um desvio da conduta obstinada caracterizando-se como perda do foco principal que é a ascensão social.

Inúmeras dificuldades dos movimentos surgem devido à incorporação da ideologia burguesa e da fetichização dos partidos. Em primeiro lugar, os indivíduos percebem suas motivações e possibilidades dentro dos valores burgueses, ou seja, ao invés de fazer a crítica eles incorporam estes valores e a partir deles constroem seus objetivos. Esta falsa consciência aparece então como uma camisa de força ideológica que possui a função de condicionar os interesses dos indivíduos.

Em segundo lugar, os indivíduos apenas vêem possibilidades de participação política através dos partidos: quando se pensa em empreender algum movimento político pensa-se automaticamente em fazer isso via partido político institucionalizado. Então muitas pessoas procuram os partidos políticos buscando a efetivação de seus interesses. Porém, o partido tem seus próprios interesses que são expressão dos interesses dos dirigentes dos partidos. Tanto partidos



políticos como sindicatos, entidades de representação estudantil, ONGs, etc. atuam como aglutinadores de indivíduos interessados na mudança social. Porém isto acaba beneficiando a instituição em nome de seus dirigentes (VIANA 2003)

A transformação para Marx advém da autogestão social. O partido que atrapalha deve ser combatido, pois é impossível caminhar com pessoas que tendam a suprimir a luta de classes. As organizações institucionais acabam por dirigir o movimento ao invés de desenvolvê-lo (VIANA 2003). “O objetivo da luta proletária internacional é a supressão da base de dominação moderna [...]” (MAKHAÏSKI, 1981) e muitas organizações caem no erro de assumirem uma perspectiva que não a do proletariado e neste sentido é uma perspectiva limitada, não revolucionária e, no máximo, paliativa.

A organização em instituições apenas reforça o regime capitalista, pois as instituições caminham nas regras por ele formadas e assim ajudam a legitimá-lo. Então quando um movimento de esquerda conquista algum cargo da burocracia estatal por meio de partido político, a tendência é o desencanto de seus membros com a mudança social, pois são obrigados a se enquadrar às regras impostas pelo sistema. A perspectiva do proletariado, que é uma perspectiva anti-ideologizante, vai contra a perspectiva dos intelectuais de redistribuição porque a esta está intrínseco a ideologia hierarquizante do talento, que confere legitimidade à dominação daqueles que possuem o saber funcional. A emancipação das classes exploradas então, tal como já dizia Marx citado por Viana (2003), só pode ser obra da própria classe explorada, que nos termos aqui expostos é o conjunto de trabalhadores produtores de mais-valor.

As contradições existentes em meio às manifestações populares só podem ser superadas por meio do avanço da luta de classes. Os intelectuais que, contrariando os imperativos de sua classe, ultrapassam a barreira dos interesses individuais assumindo uma

postura crítica na perspectiva revolucionária, podem desenvolver teoricamente a consciência de classe do proletariado articulando-a num universo conceitual, acrescentando novos conceitos e relações conforme o desenvolvimento de novas experiências de luta. Sendo todas as diversas concepções políticas perpassadas pelo caráter de classe, o marxismo é (e deve ser unicamente) “a expressão teórica do movimento operário” (KORSCH, 2008; VIANA, 2008).

## referencial

HOBBSAWM, Eric J. **A Revolução Francesa** in: A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KORSCH, Karl. Estado Atual do Problema (Anticrítica) in: **Marxismo e Filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MAKHAÏSKY , Jan W. Socialismo de Estado in: TRAGTENBERG, M. (org.). **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Marx, Karl. A Mercadoria in: **O Capital**, livro 1, v.1. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

VIANA, Nildo S. A Intelectualidade como Classe Social in: **Espaço Acadêmico**. n. 63. Sine loco, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Que É Marxismo?** Rio de Janeiro: Elo, 2008.

\_\_\_\_\_ **O Que São Partidos Políticos?** Goiânia: Germinal, 2003.

Este trabalho foi escrito para comunicação no I Simpósio Nacional Marxismo Libertário: Perspectivas e Tendências da Autogestão Social a se realizar nos dias 9, 10 e 11 de junho de 2010 na Universidade Federal de Goiás no seminário temático 06, dia 09 de junho de 2010, “Os intelectuais e Organizações Sociais nas Sociedades Capitalistas”. O trabalho foi apresentado com o título Anacronismo nas Reivindicações Populares. O título foi modificado em decorrência de sugestões recebidas durante a exposição, principalmente por José Santana da Silva, que atentaram ao emprego do termo “anacronismo”, que devido a sua significação, que remete a acontecimentos em desconformidade com a época em que ocorrem, causava dificuldades de compreensão em de relação ao conteúdo do texto. Para a publicação na revista Enfrentamento foram realizadas algumas modificações no texto, o título atual foi sugerido por Lucas Maia.